



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
ESTADO DE MINAS GERAIS

\*\*\*\*

**CONSULTORIA JURÍDICA**

**Parecer nº 108/2023**

**ASSUNTO:** Requerimento formalizado pelo Vereador Marcus Vinicius Duarte, solicitando *“autorização para a realização de cerimônia em adoração a Deus, objetivando buscar proteção espiritual a esta Casa de Leis e ao município de Araguari”*.

---

O requerimento sob análise, visando a utilização do Plenário da Câmara para realização de culto religioso, foi apresentado para apreciação do Plenário, mas não foi votado, para ser submetido a esta Consultoria para exame jurídico.

Antes de requerer ao Plenário, o pedido foi feito na via administrativa, tendo sido, primitivamente, indeferido pelo Presidente da Câmara, sob o fundamento do “respeito à laicidade do estado brasileiros estabelecida no art. 19, I, da Constituição Federal”, e com base também em parecer emitido pelo IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, que entende que a realização de culto religioso não tem finalidade própria à atividade do Poder Legislativo, sendo, pois, inviável a cessão do Plenário para tal fim.

O tema é controverso, e existem entendimentos conflitantes acerca do mesmo.

A Constituição Federal garante a expressão religiosa, mas proíbe que o Estado mantenha relações com religiões. Esse é o princípio do Estado laico. No art. 5º, a lei destaca:

“Art. 5º .....

.....

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;”

Já no art. 19, preconiza a Lei Maior:

“Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;”

Em um artigo publicado no jornal Estadão, em 23/05/2019<sup>1</sup>, no qual foi noticiado um evento religioso no recinto do plenário de uma Câmara de um Município da Grande São Paulo – foi montada um piscina cheia de água no plenário, para batismo de adventistas – foram ouvidos vários constitucionalistas.

Segundo o artigo, ‘e um lado, advogados apontam a violação do princípio da moralidade e da impessoalidade, além da laicidade do Estado, que estaria sendo ferida. De outro, avaliam que a cessão do espaço para uma liturgia, não seria, por si só, uma violação da lei – com a ressalva de que a Câmara não pode ter dispêndios com o ritual”.

Citaremos dois posicionamentos colocados no artigo, que exprimem as duas vertentes:

***“Vera Chemim, advogada constitucionalista:***

*O Estado (incluindo União, Estados e Municípios) é laico e, portanto, não pode praticar atos que venham a estabelecer qualquer tipo de relação com uma religião específica.*

*Ele, o Estado até pode dar apoio de forma impessoal à realização de atos religiosos em locais públicos ou qualquer outra manifestação nesse sentido.*

*Excluindo tais hipóteses, o Estado não pode se manifestar, seja direta ou indiretamente, com ações que venham a afrontar a sua natureza de laicidade sob pena de serem inconstitucionais.*

*Por exemplo: ele pode até permitir que se façam batismos em locais públicos, mas não pode ele mesmo praticar tais atos religiosos.*

*Essa é a minha interpretação do ponto de vista constitucional.*

*Sendo assim, a Câmara de Vereadores não poderia jamais praticar um ato dessa natureza, com o agravante de ser em seu espaço físico.”*

---

<sup>1</sup> <https://www.aadvogados.com.br/posicionamento-a-grande-bencao-em-piscina-na-camara-de-itapevi/>

***“Aílton Soares de Oliveira, advogado constitucional, sócio do escritório A. Soares De Oliveira e Ponciano Advogados:***

*Não houve nenhum tipo de ofensa ao artigo 19 da Constituição. O texto veda a vinculação das pessoas políticas que compõem o Estado brasileiro a instituições religiosas, dada a laicidade do país.*

*No caso concreto me pareceu muito mais a utilização do espaço público para um evento, sem nenhuma vinculação do Estado à denominação que lá realizou. A Constituição não veda manifestações sociais em espaço do Legislativo Municipal, até porque tais espaços pertencem em última palavra ao povo e abrigam todo tipo de manifestação. Evidente que deve haver paridade de utilização por outras instituições, seja qual for eventual profissão de fé.*

*Não me parece ter havido nenhum tipo de tentativa de vinculação de fé ao poder público, que é o que pretende resguardar a Constituição. Inclusive o próprio artigo 19 ressalva as possibilidades de colaboração e interação de interesse da comunidade local.”*

Quanto a esta Consultoria, embora o princípio constitucional da laicidade do Estado, vimos que em grande parte do País as Câmaras Legislativas, dentre as quais a Câmara Federal e o Senado Federal, tem cedido seus espaços, inclusive plenários, para a realização de cultos e outros eventos de cunho religioso.

Há de se ressaltar, entretanto, que a realização de eventos religiosos no plenário da Câmara não se correlaciona com as atividades do Poder Legislativo, e, no entendimento do IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, não poderia o recinto ser cedido para tal fim (parecer em anexo).

Com o devido respeito a todos os posicionamentos, se for o caso de se permitir, nesta Câmara, o uso do plenário para fins religiosos, não se pode abrir a Casa para uma só religião em detrimento de outras.

E tampouco imputar ao órgão ônus de qualquer natureza, devendo ser imputado aos responsáveis pelo evento qualquer despesa decorrente e eventuais danos causados ao patrimônio público decorrente do mal uso do espaço.

Por isso mesmo, entendemos ser pertinente e imprescindível a regulamentação de tais cessões de uso do espaço, através do competente ato – administrativo ou legislativo, nesta Casa, uma vez que não existe tal regramento nesta Casa.

No âmbito da Câmara Municipal de Araguari, a Resolução n. 99, de 17 de dezembro de 2021, que “Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Araguari – Estado de Minas Gerais, e dá outras providências”, elenca

dentre as atribuições do Plenário “autorizar a utilização do recinto da Câmara para fins estranhos a sua finalidade, quando for interesse público” (art. 63, inc. XI).

Desta forma, com as considerações acerca do tema, entendemos que o requerimento do Vereador, que busca *“autorização para a realização de cerimônia em adoração a Deus, objetivando buscar proteção espiritual a esta Casa de Leis e ao município de Araguari”*, deve ser submetido à apreciação do Plenário.

Independente da decisão do Plenário neste caso específico, recomendamos a urgente regulamentação das cessões do uso do recinto físico da Câmara Municipal, especialmente do plenário, para fins estranhos a sua finalidade, desde que haja interesse público.

É o nosso parecer.

Araguari, 17 de maio de 2023.

**Hamilton Flávio de Lima**

Assessor Técnico Parlamentar - Consultoria Jurídica

**Ilza Maria Naves de Resende**

Advogada

## **PARECER**

Nº 0857/2023<sup>1</sup>

PL – Poder Legislativo. Utilização do Plenário. Culto religioso. Necessidade de haver interesse público e finalidade inerente à atividade legislativa. Comentários.

### **CONSULTA:**

Relata a consulente, Câmara Municipal, que certo vereador apresentou requerimento à presidência solicitando a utilização do recinto do Plenário para a realização de culto religioso.

O Regimento Interno da Câmara estabelece:

"Art. 63. São atribuições do Plenário:

\*\*\*  
XI- autorizar a utilização do recinto da Câmara para fins estranhos a sua finalidade, quando for interesse público".

Indaga-se, caso seja apresentado requerimento para ser submetido à apreciação do Plenário (o requerimento foi apresentado no gabinete da Presidência), no mesmo teor, ou seja, para a utilização do recinto para realização de culto religioso, sobre a possibilidade que se conceda a autorização, considerando o fim pretendido.

### **RESPOSTA:**

<sup>1</sup>PARECER SOLICITADO POR ILZA MARIA NAVES DE RESENDE,ADVOGADO/CONSULTORIA JURÍDICA - CÂMARA MUNICIPAL (ARAGUARI-MG)

O Poder Legislativo Municipal, representado pela Câmara Municipal dos Vereadores, é detentor do dever-poder de auto-organização e está obrigado a observar o Princípio da Simetria no que tange à esfera estadual e federal.

Conforme art. 51, inciso IV, e art. 52, Inciso XIII, da CRFB/1988:

"Compete privativamente à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal: dispor sobre sua organização, funcionamento, política, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observando os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias".

Assim, a Câmara Municipal, no exercício de sua autonomia política, deverá pormenorizar no Regimento Interno as normas para seu funcionamento, notadamente, no caso em tela, sobre a utilização de suas dependências.

Ademais, insta salientar que toda e qualquer utilização das dependências da Câmara Municipal deve possuir finalidade própria inerente à atividade legislativa, tudo em conformidade com as funções do Poder Legislativo.

Isso porque a autonomia e a independência do Poder Legislativo, inscritas no art. 2º da Constituição Federal, são incompatíveis com o uso do recinto da Casa Legislativa por grupos, associações ou particulares, com fins distintos do interesse social e das atribuições parlamentares.

Portanto, temos que no caso concreto, em que se pretende utilizar o recinto do Plenário para a realização de culto religioso, este ato não é condizente com o que preconiza a Constituição Federal.

Por todo o exposto, pelo fato de que a utilização do plenário deve possuir finalidade própria inerente à atividade legislativa e de que a realização de culto religioso na utilização de tal recinto em nada se correlaciona com a atividade do Poder Legislativo, temos que eventual requerimento nesse sentido deve ser indeferido.

É o parecer, s.m.j.

Rafael Pereira de Sousa  
Consultor Técnico

Aprovo o parecer

Marcus Alonso Ribeiro Neves  
Consultor Jurídico

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2023.